
VIOLÊNCIA POLICIAL: SENTIDOS E SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS POR JOVENS DA CIDADE DE GOIÂNIA¹

Divino de Jesus da Silva Rodrigues²
Sônia Margarida Gomes Sousa
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

RESUMO. Este trabalho investigou os sentidos e significados atribuídos por jovens que foram vítimas da violência policial na cidade de Goiânia-Goiás, no período de 2011 a 2013. A pesquisa foi fundamentada nos pressupostos teóricos da Psicologia Sócio-Histórica de Vigotski e no método do materialismo histórico dialético. A coleta de informações se deu por meio da entrevista não estruturada, que foram sistematizadas e analisadas por meio dos núcleos de significação. A análise dos relatos sobre os sentidos e significados desta violência para os jovens constituiu-se em um campo fecundo de produção do conhecimento e possibilitou apreender os elementos constitutivos da violência policial na significação dos jovens que foram suas vítimas. Os resultados revelam que o uso arbitrário da força coercitiva da polícia militar tornaram os jovens inseguros, reféns do medo. Revelaram, também, que a violência policial é uma realidade na sociedade goiana e brasileira, que ocorre arbitrariamente sob a proteção e tutela do Estado.

Palavras-chave: Psicologia social; violência; jovens.

POLICE VIOLENCE: SENSES AND MEANINGS ATTRIBUTED BY YOUNG PEOPLE IN THE MUNICIPALITY OF GOIÂNIA, BRAZIL

ABSTRACT. This work investigated the senses and meanings of young victims of police violence in the Brazilian municipality of Goiânia, Goiás State, from 2011 to 2013. The survey was based upon Vigotski's Social Development theory and on dialectical and historical materialism. Data was collected by means of non-structured interviews, systematized and analyzed through meaning nuclei. The reports analysis concerned the young people's senses and meanings of such violence, and has shown to be a fertile field for knowledge production, enabling the search for the constituent elements of police violence, according to the young victims' perceptions. The results show that the arbitrary use of police's coercive force made the young victims insecure, hostages of fear. It has also revealed that police violence is a reality within the State and Brazilian society, occurring arbitrarily under the State protection.

Keywords: Social psychology; violence; young people.

VIOLENCIA POLICIAL: SENTIDOS Y SIGNIFICADOS ATRIBUIDOS POR JÓVENES DE LA CIUDAD DE GOIÂNIA

RESUMEN. En este estudio se ha investigado los sentidos y significados atribuidos por jóvenes que han sido víctimas de la violencia policial en la ciudad de Goiânia-Goiás, del año 2011 al año de 2013. Se fundamentó la investigación en los presupuestos teóricos de la Psicología Socio-Histórica de Vygotsky y en el método del materialismo histórico dialéctico. La recolecta de informaciones se dio por intermedio de la entrevista no estructurada, que se sistematizaron y se analizaron por intermedio de los núcleos de significación. El análisis de los relatos sobre los sentidos y significados de esta violencia se constituyó para los jóvenes, en un campo fecundo de producción del conocimiento y permitió aprehender los elementos constitutivos de la violencia policial

¹ *Apoio e financiamento:* Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg)

² *E-mail:* psico.divino@gmail.com

en la significación de los jóvenes que han sido sus víctimas. Los resultados revelan que el uso arbitrario de la fuerza coercitiva de la Policía Militar deja los jóvenes inseguros, rehenes del miedo. Han revelado, también, que la violencia policial es una realidad en la sociedad goiana y brasileña, que ocurre arbitrariamente bajo la protección y tutela del Estado.

Palabras-clave: Psicología social; violencia; jóvenes.

Introdução

A segurança pública é um dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, como normatiza o artigo 144 da Constituição Federal de 1988 (1988). E, entre os órgãos de segurança pública existentes no país, sob a tutela do Estado, a polícia militar é um dos órgãos estatais responsáveis pela polícia ostensiva e preservação da ordem pública no país.

Contudo, no exercício de suas funções, constantemente, por meio das mídias, órgãos em defesa dos Direitos Humanos, entre outras instituições da sociedade civil organizada, denunciam o uso da força excessiva, coercitiva, abuso de poder, entre outras arbitrariedades e barbáries, contra os cidadãos em várias cidades do território nacional, por parte de policiais militares, manifestações de violência policial, aliás, que são históricas na polícia brasileira, como demonstra Alves e Evanson, (2013), entre outros. Estes estudos desvelam que a violência policial é prática das corporações da polícia militar, no Brasil, desde a sua origem até os dias atuais, as quais apresentam gravíssimas violações dos direitos humanos.

Nesse sentido, é importante destacar-se que, para o controle das arbitrariedades, praticadas por integrantes da polícia militar, segundo Bittner (2003), não existe um critério único e universal que normatiza as atividades e condutas destes policiais. O que há são documentos, em âmbito de padrões internacionais e nacionais, que apontam controles de condutas das forças policiais.

Entre os documentos de orientação em âmbito internacional, constituídos à luz da resolução n. 217 (1948), que trata da Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 10 de dezembro de 1948, destacam-se as seguintes resoluções aprovadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas: resolução n. 3452 (1975), que refere a “Declaração sobre a Proteção de Todas as Pessoas contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes”, de 09 de dezembro de 1975; Resolução n. 34/169 (1979), que diz respeito ao “Código de Conduta para os Encarregados da Aplicação da Lei”, de 17 de dezembro de 1979 e a Resolução n. 39/46 (1984), que se configura na “Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes”, de 10 de dezembro de 1984.

Ressalta-se que estas resoluções, constituídas ao longo dos anos são documentos de orientação com normas e padrões de conduta de funcionários públicos e funcionários responsáveis pela aplicação da lei, explicitam indiscutivelmente parâmetros para um policiamento público que respeite os cidadãos na execução de suas ações. Contudo, suas aplicabilidades se dão por adesão aos parâmetros traçados pelas nações que assumiram estes compromissos, os quais, no caso, o Brasil é signatário de todos, mas que, sistematicamente, tem se omitido, ao longo dos anos, em pôr em prática muitos dos compromissos assumidos.

Em âmbito nacional, os documentos para o controle das condutas nas ações das forças policiais, em vista da garantia dos direitos humanos, contraditoriamente, destacam-se decretos-leis, constituídos em plenos regimes de exceção da história política brasileira, sendo: o decreto-lei n. 2.848 (1940), de 7 de dezembro de 1940, especificamente, o artigo 146, que trata do constrangimento ilegal e o artigo 350, que dispõe do exercício arbitrário ou abuso de poder e o decreto-lei n. 1.001 (1969), de 21 de outubro de 1969, os artigos 215 a 217, que prescrevem sobre atos de difamação, injúria e injúria real. E no capítulo VI deste decreto-lei, os artigos 222 e 223 normatizam os crimes contra a liberdade individual.

Ainda, entre os documentos existentes ressaltam-se a Constituição de 1988, que, de acordo com o título II, dos direitos e garantias fundamentais, trata no seu art. 5º, I ao LXXVIII, dos direitos e deveres individuais e art. 6º ao 11 dos direitos coletivos, constituindo-se normativas legais de garantia aos direitos humanos que, também, acentuam o controle das condutas em ações de policiais, no exercício

de suas funções. Nesta mesma direção, em vista da garantia dos direitos humanos, que também normatiza as condutas das atividades policiais no Brasil, foi criada a lei n. 9.455 (1997), de 7 de abril de 1997, que define os crimes de tortura, e a resolução n. 08 (2012), de 21 de dezembro de 2012, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Presidência da República, que se refere à retirada dos termos “autos de resistência”, “resistência seguida de morte” dos registros policiais de boletim de ocorrência, inquéritos policiais e notícias de crimes.

Apesar da existência destes documentos, tanto em âmbito internacional quanto nacional, constata-se que suas efetivações, na prática, ainda, estão longe de realizar um controle efetivo da violência policial e serem mecanismos de proteção para todos na sociedade. Pelo caráter de proteção universal destas declarações, convenções, códigos, decretos-leis, leis e resoluções, beneficiam, prioritariamente, uma minoria da população que tem acesso a eles, enquanto uma grande parcela da população fica à margem dessas garantias legais. Como afirma Carneiro (2012): “casos de cidadãos inocentes alvejados pela PM se expandem das periferias, onde é praxe haver a resistência seguida de morte” (p.86). Contudo, estes documentos são instrumentos que subsidiam a sociedade civil organizada, na defesa dos direitos humanos, dos cidadãos que foram vítimas da violência policial.

Considerando-se a abrangência e efetivação das leis em relação às condutas arbitrárias de policiais militares, tem-se ciência de que as polícias militares são representantes do aparelho repressivo do Estado. Sendo assim, o discurso constitucional de manutenção da ordem pública legitima várias ações arbitrárias com o apoio de ordem jurídica e política. E, neste discurso da preservação da ordem, a polícia militar utiliza métodos, muitos dos quais ilegais, caracterizados pelo abuso de autoridade e sob a proteção do Estado para o controle da população pobre, especificamente, os jovens, que cotidianamente são as maiores vítimas da violência policial neste país, como demonstram os estudos da Anistia Internacional (2015).

É este contexto de violência policial que se constituiu no interesse desta pesquisa, que teve por objetivo apreender os sentidos e significados da violência policial, na perspectiva de seis jovens pobres, do sexo masculino, entre 18 e 29 anos, da cidade de Goiânia - Goiás. Especificamente, são apresentados neste estudo os sentidos e significados que os jovens atribuem à violência policial da qual foram vítimas. Quer a pesquisa, desta maneira, contribuir com o debate sobre as estruturas e a organização das polícias militares do Brasil, perpassando, necessariamente, pela discussão sobre o modelo de policiamento militar público existente no país. Quer, também, contribuir com as discussões sobre a violência policial contra a população, especialmente contra os jovens pobres, suas maiores vítimas, e, conseqüentemente, ampliar o debate e a compreensão acerca do fenômeno da violência policial no país, auxiliando, em especial, os atores sociais envolvidos com a causa da juventude e com a luta pela garantia dos seus direitos.

Método

Este estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, sob o parecer n. 267.879, CAEE: 10284413.8.0000.0037. Caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, fundamentada nos pressupostos teóricos da Psicologia Sócio-Histórica de Vigotski e pelo método do Materialismo Histórico Dialético.

No tocante ao embasamento da psicologia sócio-histórica, para Vigotski (2009), são pelos sentidos e significados que a pessoa humana expressa, historicamente, por meio da palavra, as vivências e experiências da sua consciência. Para esse autor, “a palavra está para a consciência como o pequeno mundo está para o grande mundo, como a célula viva está para o organismo, como o átomo para o cosmo... A palavra consciente é o microcosmo da consciência humana” (p. 486).

Nesse sentido, na perspectiva vigotskiana, ao estudarmos o sentido e o significado da palavra, que expressam a consciência humana, se faz necessário apreender o processo de entrelaçamento entre o pensamento e a linguagem. Segundo Vigotski (2009), “por sua estrutura a linguagem não é um simples reflexo especular da estrutura do pensamento, razão por que não pode esperar que o pensamento seja uma veste pronta”(p. 412). Para o autor a “linguagem não serve como expressão de um pensamento pronto. Ao transformar-se em linguagem, o pensamento se reestrutura e se modifica” (p.

412). Assim para Vigotski (2009), “o pensamento não se expressa, mas se realiza na palavra. Por isto, os processos de desenvolvimento dos aspectos semântico e sonoro da linguagem, de sentidos opostos, constituem a autêntica unidade justamente por força do seu sentido oposto” (p. 412).

E, de acordo com Vigotski (2009), “encontramos no *significado* da palavra essa unidade que reflete da forma mais simples a unidade do pensamento e da linguagem” (p. 398). Desta maneira suas investigações apontam que “a palavra desprovida de significado não é uma palavra, é um som vazio. Logo, o significado é um traço constitutivo indispensável da palavra. É própria palavra vista no seu aspecto interior.” (p. 398). O significado é um traço substancial da palavra e, desse modo, segundo este autor, “parece que temos todo o fundamento para considerá-la como um fenômeno de discurso... do ponto de vista psicológico, o significado da palavra não é senão uma generalização ou conceito. Generalização e significado da palavra são sinônimos” (p. 398). E, completa o autor, “toda generalização, toda formação de conceitos é o ato mais específico, mais autêntico e mais indiscutível de pensamento. Consequentemente, estamos autorizados a considerar o significado da palavra como um fenômeno de pensamento” (p. 398).

É a partir destas investigações sobre os significados da palavra, que o conceito de sentido foi sendo desenvolvido, como elemento fundamental para a apreensão das particularidades da linguagem dos sujeitos. Assim, para Vigotski (2009), o sentido de uma palavra “é a soma de todos os fatos psicológicos que ela desperta em nossa consciência... O sentido real de uma palavra é inconstante. Em uma operação ela aparece com um sentido, em outra, adquire outro” (p. 465). Já os significados, segundo Vigotski (2009), são “um ponto imóvel e imutável que permanece estável em todas as mudanças de sentido da palavra em diferentes contextos. Foi essa mudança de sentido que conseguimos estabelecer como fato fundamental na análise semântica da linguagem” (p. 465).

Os estudos de Vigotski (2009) sobre os significados e sentidos da palavra apontam que há um “predomínio do sentido da palavra sobre o seu significado..., o sentido é sempre uma formação dinâmica, fluída, complexa, que tem várias zonas de estabilidade variada” (p. 465). Nesta direção, completa o autor que o “significado é apenas uma dessas zonas do sentido que a palavra adquire no contexto de algum discurso e, ademais, uma zona mais estável, uniforme e exata” (p. 465).

A partir desses pressupostos da psicologia sócio-histórica de Vigotski, compreende-se que nos sentidos e nos significados das palavras expressas pelos jovens participantes da pesquisa são desvelados, também, a produção e a reprodução implícitas ou explícitas dos processos culturais, políticos, sociais e econômicos estabelecidos por esta sociedade.

Em relação ao aporte do materialismo histórico-dialético, a adoção deste método implicou que a análise da investigação, no presente trabalho, deu-se a partir do entrelaçamento dialético entre a universalidade, a particularidade e a singularidade do fenômeno pesquisado. Possibilitou apreender as falas dos jovens para além da aparência imediata, buscando a essência dos processos implicados, constituindo-se em uma análise crítica do processo constitutivo da investigação (Marx, 2013), sendo, por isso suporte para a análise da linguagem dos sujeitos sobre os sentidos e os significados atribuídos à violência policial sofrida.

Procedimentos metodológicos

Participaram do estudo seis jovens selecionados a partir dos seguintes critérios de inclusão: ser vítima da violência policial, no período de 2011 a 2013; pertencer à faixa etária entre 18 e 29 anos; ter uma renda familiar mensal de até dois salários mínimos; ser morador na cidade de Goiânia e consentir em fazer parte da pesquisa, por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). E critério de exclusão: estar ou ser incluído no programa de Proteção às Vítimas de Violência do Governo Federal, ser membro integrante do Comitê Contra a Violência Policial, e, durante o processo de constituição da pesquisa, a qualquer momento, desejar não mais participar.

A coleta de informações constituiu-se por meio da realização de entrevistas não estruturadas, uma das vantagens desse tipo de entrevista é a liberdade de ir além das perguntas previamente elaboradas, possibilitando gerar outros pontos de vista, dando novas orientações para o aprofundamento da pesquisa. As entrevistas ocorreram nas dependências de duas instituições, na cidade de Goiânia-Goiás, que desenvolvem trabalhos com jovens de classes populares.

Foram realizados três encontros, de acordo com a disponibilidade dos jovens e agendamento prévio com a secretaria das duas instituições, respeitando as normas da resolução 466/12 (2012). No primeiro encontro com os jovens, houve esclarecimentos sobre a pesquisa, leitura e assinatura do TCLE. Estas entrevistas foram gravadas, com duração de 40 minutos cada, realizadas em salas apropriadas, garantindo, dessa forma, a privacidade e o sigilo do diálogo com o pesquisador.

O primeiro encontro gerou informações sobre os sujeitos e suas famílias, entre elas, escolaridade, moradia e situação socioeconômica. No segundo, ocorreram os relatos de suas histórias de vida. No terceiro, os jovens descreveram a violência policial sofrida.

Os dados coletados nas entrevistas foram sistematizados e analisados com a utilização do instrumento qualitativo, denominado de núcleos de significação das falas (Aguiar & Ozella, 2013). Desta maneira, as informações empíricas coletadas foram sistematizadas. Nesse processo, alguns cuidados foram tomados, para que não se fosse de imediato analisando as falas espontaneamente, pois a familiaridade, no decorrer da pesquisa, com os dados podem iludir. Essas precauções possibilitaram que a teoria e a prática não se distanciassem, vez que, uma complementa a outra, entrelaçando-se dialeticamente e desvelando as produções, reproduções e as ideologias dos contextos culturais e sociais dos sujeitos da pesquisa, expressas nos sentidos e significados de suas falas.

Sujeitos da pesquisa

A seguir será relatada uma breve apresentação com informações sobre os participantes da pesquisa. Ressalta-se que os nomes são fictícios por critérios éticos pertinentes à pesquisa e segundo normatiza a resolução 466/12 (2012), do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Pedro, 18 anos, solteiro, negro, ensino médio incompleto, não conhece seu pai, tem duas irmãs e um irmão, todos de pais diferentes. Desde os 13 anos mora definitivamente com a avó (63 anos) após descobrir que a mãe é profissional do sexo. Mora em um barracão alugado na periferia da região Leste da cidade de Goiânia. Está trabalhando em uma mercearia sem a carteira assinada. A violência policial sofrida aconteceu à noite em uma abordagem de rotina que ocorre no bairro onde mora. Foi espancado e agredido verbalmente.

Wagner, 18 anos, solteiro, negro, está concluindo o ensino médio, não conhece seu pai. Vive com a mãe (35 anos), mora em um barracão, também, alugado na periferia da região Leste da cidade de Goiânia. Está em busca de emprego. A violência policial sofrida ocorreu ao entardecer em uma abordagem rotineira que acontece no bairro, foi levado para local desconhecido e, além das agressões verbais, foi espancado e torturado.

Fábio, 25 anos, casado, pardo, ensino fundamental incompleto, sua esposa (20 anos) está grávida e tem um filho de um ano. Está morando, provisoriamente, na casa de sua mãe enquanto constrói um barracão em uma ocupação na região Noroeste da cidade de Goiânia. Está em busca de emprego, para seu sustento e sobrevivência está vendendo artesanatos que produz. A violência policial sofrida foi à noite, em uma abordagem que ocorre cotidianamente na ocupação. Além de ser espancado e das agressões verbais, foi ameaçado de morte.

Rodrigo, 19 anos, solteiro, branco, está concluindo o ensino médio, mora com a mãe (42 anos) e irmão (16 anos), em uma casa alugada na periferia da região Noroeste da cidade de Goiânia. Está em busca de emprego. A violência policial sofrida ocorreu à tarde em uma abordagem de rotina que acontece no bairro, foi espancado e agredido verbalmente e, ainda, preso por desacato à autoridade.

Marcelo, 18 anos, solteiro, pardo, está concluindo o ensino fundamental, mora com a mãe (42 anos), pai (45 anos) e um irmão (14 anos). A casa é própria, localizada na periferia da região Noroeste da cidade de Goiânia. Está em busca de emprego. A violência policial sofrida ocorreu à tarde em uma abordagem policial em uma lanchonete no bairro onde mora. Foi humilhado publicamente, sendo espancado e agredido verbalmente.

Luiz, 18 anos, solteiro, negro, está concluindo o ensino médio, mora com a mãe (45 anos), pai (52 anos) e irmã (15 anos). A casa onde moram é própria, localizada na região Noroeste de Goiânia. A violência policial sofrida ocorreu à noite em uma abordagem rotineira que acontece no bairro onde mora. Foi espancado e agredido verbalmente.

Resultados e discussão

A partir dos relatos dos jovens, foi possível estruturar dois núcleos de significações denominados de: “Insegurança com Relação ao Policiamento Público Militar”; “Medo da Polícia Militar”.

Insegurança com relação ao policiamento público militar

Este núcleo sistematizou os sentidos e significados que os jovens atribuíram à violência produzida pelos agentes do Estado responsáveis pela segurança pública. As falas evidenciam que as ações arbitrárias destes agentes públicos ao invés de gerarem segurança produzem a insegurança, como relatam os jovens:

Segundo o jovem Pedro, os policiais militares, ao invés de protegerem contra qualquer tipo de violência, produzem a insegurança e mais violência, como acentua:

os policiais militares que deveriam nos proteger contra qualquer tipo de violência é quem nos agride, nos reprime, nos dá é insegurança, pois, quando chegam é de repente e agem com toda violência. Só agem com violência, principalmente, os policiais da ROTAM [Rondas Ostensivas Táticas Motorizadas], estes são os mais ignorantes e violentos que tem, pensam que todo mundo é criminoso, é bandido.

O jovem Wagner pontuou que a violência dos policiais em suas ações também lhe causa insegurança e que a polícia militar poderia nem existir, que não garante a segurança à população, ao contrário, age com violência, como relatou:

quem deveria nos proteger e fazer a gente sentir seguro era a polícia, Mas a gente não se sente. O que os policiais fazem é muito ruim, principalmente da ROTAM, batem pra caramba e não deixam sequelas físicas. Eles me transmitem mais insegurança do que segurança. Ah! Penso que não vale a pena ter polícia na sociedade, para garantir a segurança? Tipo assim, eles geram é insegurança, nós estamos pagando os salários deles, para eles baterem na gente, como fizeram comigo.

O jovem Fábio ressaltou, também, que a presença de policiais militares na ocupação onde mora gera insegurança nas pessoas. Acentuou, ainda, que a polícia militar deveria proteger a população e não agir com violência, fazendo referência à violência policial que sofreu, como pontuou:

para mim, a polícia militar tinha que proteger a população e não espancar as pessoas como fizeram comigo. Policial não pode fazer isso não, eles têm é que proteger a gente, e não sair batendo em quem eles veem na rua, perguntando quem tem droga, tem arma, isso não existe não. Quem gera mais violência são os policiais e eles é que deveriam proteger a gente. Aqui mesmo na ocupação [nome da ocupação], a polícia dá é insegurança, pela violência deles. São um terror, os policiais militares, já chegam na gente abordando de forma agressiva, o cara não tem nada, está tudo certo, aí arreventa o cara e fala que vai matar o cara.

Ainda nessa direção, sobre a insegurança em relação às ações da polícia militar, o jovem Rodrigo acentuou que, como ele, também, muitos moradores do bairro não confiam na polícia, são inseguros, pelo jeito com que os policiais militares agem, como contou:

para mim quem deveria nos proteger, tipo assim, é quem traz mais violência. Os policiais, lá no bairro mesmo, tem é insegurança, pelo jeito violento que os policiais militares agem, eles são violentos demais, qualquer um que eles encontram, se ele não gostar da cara, eles já vão metendo o pé. Se o jovem estiver com um bermudão lá, eles já chegam enquadrando, metendo o pé. Esta forma que os policiais militares abordam já é errado, porque eles já chegam mandando colocar a mão na cabeça, já vêm apontando uma arma para sua cara, já oprimindo, falando que você é isso, é aquilo, que você quer roubá.

O jovem Marcelo também salientou que os policiais que deveriam proteger são os mais violentos, e que a população no bairro onde mora sente insegurança com a presença da polícia militar, como narrou:

a violência é praticada por quem deveria nos proteger. Nossa Senhora! Lá no bairro, mesmo, as abordagens policiais são, tipo, super violentas. Lá no bairro, todo mundo sente é insegurança. O jeito que eles agem é super errado, super mesmo, nunca faz o certo, porque muitos policiais militares, simplesmente, te batem e xingam e te mandam embora, depois de toda humilhação.

Para o jovem Luís, a polícia militar tinha que proteger toda a população, sem discriminação, porém, frisou que fazem o contrário, promovem insegurança, principalmente, nos bairros periféricos, os policiais agem com violência, como ressaltou:

para mim, tinha que proteger toda a população, sem discriminação, lá no bairro [nome do bairro], que é periferia, os policiais militares já chegam xingando a gente, eles nem perguntam seu nome, já vão gritando: “coloca as mãos na cabeça macaqueiros, vagabundos, traficantes, ladrões”. Chegam é xingando, dão chute em você, começam a revistar, dão murros em você, fazem toda essa humilhação, para depois pegar seus documentos, aí vê que você não deve nada, manda você embora.

Pelas falas dos jovens, constata-se que, acentuadamente, todos partem do princípio de que a polícia militar deveria “proteger a todos”. Esta é uma expectativa ideológica, um discurso repetido insensatamente na sociedade, que oculta a proteção da segurança pública, a uma pequena parcela de pessoas na sociedade e, uma grande maioria, não recebe esta proteção, que, segundo Carvalho (2001):

de um lado está o campo dos que têm, dos que controlam o acesso ao discurso público e que estão incluídos no manto do Estado e no círculo; do outro lado se colocam os que não têm, isto é, os que se vêem despossuídos e excluídos das instâncias decisórias e da riqueza que geram. De um lado, os que exigem a violência policial; do outro, os que sofrem com a sua manifestação (p.85).

Nessa direção, o jovem Luiz, explanou:

Mas tipo, o que a gente vê é que a segurança é só para pessoa que tem dinheiro e pode dar alguma coisa para eles. Na periferia, como é o nosso bairro [nome do bairro], eles geram é insegurança, só entram para reprimir e depois vai à mídia e diz que as pessoas de periferia não gostam de polícia militar, porque são bandidos. Mas não falam da violência que eles praticam. Têm policiais que, só porque usam a farda, eles pensam que podem te matar, de bater, te agredir.

As falas dos jovens em relação à violência policial revelam o contexto mais amplo da violência, uma vez que, de acordo com Minayo (1994), o espaço de constituição e de desenvolvimento deste fenômeno “é a vida em sociedade... e na configuração da violência, se cruzam problemas da política, da economia, da moral, do direito, da psicologia, das relações humanas e institucionais, e do plano individual” (p. 7). Já para Arendt (2015), a violência: “é por natureza instrumental; como todos os meios, ela sempre depende da orientação e da justificação pelo fim que almeja. E aquilo que necessita de justificação por outra coisa não pode ser a essência de nada” (p. 68). Ainda, para esta autora: “Poder e violência, embora sejam fenômenos distintos, usualmente aparecem juntos. Onde quer que estejam combinados, o poder é, como descobrimos, o fator primário e predominante” (p. 69). Nesta direção, completa Chauí (1999) que violência é um: “ato de brutalidade, sevícia e abuso físico ou psíquico contra alguém e se caracteriza nas relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e terror” (p. 3).

Alicerçados nestes pressupostos, que desmistificam a violência como um fenômeno natural da espécie humana. Compreende-se que a violência se produz e se reproduz na sociedade, por meio do entrelaçamento dos contextos sociais, políticos, econômicos e culturais, nos quais os sujeitos estão inseridos. Por conseguinte, não é um fenômeno que se origina da pobreza, como se propaga, na sociedade. Porém, os pobres da sociedade, sem dúvida, são as maiores vítimas das múltiplas violências da sociedade e, entre elas, a violência policial.

As falas dos jovens revelam que as ações arbitrárias dos policiais militares são fruto do contexto das várias violências existentes na sociedade, e que, historicamente, discrimina e estereotipa a juventude pobre em nosso país. É desta maneira que ações arbitrárias cometidas por policiais militares, realizadas em abordagens, blitz ou batidas, como: bater, espancar, ameaçar, entre outras

atrocidades demonstram que tais arbitrariedades são práticas rotineiras cometidas por policiais militares, como se fizessem parte indissociável de suas atividades.

Essas arbitrariedades revelam um espetáculo de horrores, humilhações, intimidações, entre outras violações aos direitos humanos, marcado por violências físicas e psicológicas. Em virtude da condição de classe social em que se coloca o jovem pobre, morador da periferia, este se torna potencial vítima da violência, em consequência de, objetivamente, não possuir condições de se defender, como assinalou o jovem Fábio: *“Ora, só por ser pobre, o policial sabe que pode bater na gente e que não vai acontecer nada com ele”*. Esta é uma realidade na sociedade. Que, de acordo com a Anistia Internacional (2015): *“Os responsáveis dificilmente são levados à Justiça e a grande maioria das vítimas não obtém nenhuma reparação. Essa impunidade alimenta o ciclo de violência que marca as operações policiais no país”* (p. 8).

Diante desse cenário sinalizado pela Anistia Internacional (2015), tem-se ciência de que, sem uma profunda mudança na organização social, política e econômica da sociedade, a eficácia das políticas de segurança pública, neste país, são e serão paliativas, já que, sem essas reformas, *“a sociedade brasileira continuará dividida entre os cidadãos para quais vigoram os benefícios do estado democrático e os não-cidadãos, entregues ao despotismo policial, que subtrai legitimidade das instituições policiais e dissemina a barbárie.”* (Soares, 2001, p. 15). E a população pobre, não cidadã, é vista, segundo Sawaia (2014): *“como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade... revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social.”* (p. 105/106). E esta realidade é evidenciada pelos jovens Pedro, Luiz e Marcelo, respectivamente:

Tipo, eu vejo que a polícia é uma estrutura que defende os interesses de gente da alta sociedade, estes são protegidos; tinha que ser bem diferente, tratar uma pessoa do jeito normal. Tratar a pessoa da periferia, do jeito que trata a pessoa de um bairro rico, tipo assim, nos bairros ricos quando as pessoas são paradas pelos policiais militares não é do mesmo jeito que param uma pessoa na periferia; Eu nunca ouvi falar que o filho de uma pessoa rica apanhou de policial, nunca ouvi falar, mas pobre apanha da polícia militar, lá no bairro [nome do bairro], todo dia.

Adicionalmente a esse sentido e significado de insegurança que os jovens atribuíram à violência policial, pelas ações arbitrárias cometidas por policiais militares, segue outro núcleo, o qual acentua o sentido e significado de medo da polícia militar, que os jovens atribuíram, também, à violência policial.

Medo da polícia militar

Este núcleo apresenta o medo da polícia militar e os impactos causados pela violência policial na vida dos jovens, como relatam:

O jovem Pedro destacou que, após a violência policial sofrida, tem medo de que esta violência possa acontecer de novo, como relatou:

Eu não consigo mais passar por uma viatura, um carro da polícia militar e ficar tranquilo, eu sempre acho que eles podem me agredir de novo ...antes, eu acreditava que se acontecesse uma coisa, a polícia podia me proteger, podia me auxiliar, mas, depois da violência que sofri, mudou tudo.

O jovem Wagner relatou, também, que, após a violência sofrida, tem medo da polícia militar, como afirmou:

Eu tenho medo da polícia. Depois que aconteceu isso comigo, não me sinto seguro não, eu vejo um policial militar, eu corro, porque eu tenho medo, que eles venham me abordar, me bater, acontecer qualquer coisa comigo. Quando um policial passa perto de mim, tipo assim, eu fico com medo. Eu tenho muito medo, tanto que eu não estou saindo mais, quando eu saio, tipo assim, é com meus amigos, mas não gosto de sair muito à noite não, pelo fato de que tenho medo de acontecer alguma coisa, nem!

O jovem salientou, ainda, que tem medo de que a violência policial aconteça com seus familiares e amigos: *“Eu tenho muito medo, que tudo possa acontecer de novo, tipo, que eles possam pegar*

alguém de minha família ou até meus amigos. Tenho medo que aconteça com eles o que aconteceu comigo”.

O jovem Fábio destacou que, após a violência policial, passou a ter mais medo da polícia militar, alterando totalmente a sua vida, como contou:

quando eu saio na rua, não posso ver um carro preto que penso que são os policiais que me espancaram, fico cismado, assustado. Penso que eles estão me seguindo, estão me vigiando, que eles irão me matar, os caras são perigosos, são policiais militares, eles podem andar armados para cima e para baixo, para onde eles quiserem... Não durmo, qualquer barulho que passa na rua, moto, carro, eu penso que são eles, que estão querendo me matar, nossa! Eu tenho medo demais.

O jovem Rodrigo também narrou que, depois da violência sofrida, passou a ter medo da polícia, como sublinhou: *“tenho muito medo de que eles façam de novo o que fizeram comigo”*. O jovem destacou que, quando vê um carro, fica em alerta, como afirmou: *“sempre quando vejo um policial militar, eu já fico até meio assim, será que ele vai me enquadrar, toda vez que vejo uma viatura eu fico em alerta.”*

O jovem Marcelo contou que já tinha medo da polícia e, após a violência que sofreu, ampliou-se, como destacou: *“Eu já tinha medo da polícia, agora tipo, fiquei com mais medo”*. E acrescenta, *“fiquei com raiva, também da polícia, tipo, apanhar na cara é a pior coisa que tem, mexe com a gente.”*

Nessa mesma direção, o jovem Luiz afirmou que ficou com medo da polícia: *“tenho muito medo da polícia, não é tranquilo, é ruim.”* E explanou ainda, *“você leva um tapa na cara, aí que você fica mais com raiva ainda, porque a violência da polícia só faz isso, só piora a raiva da gente.”*

Os relatos dos jovens reverberam os estudos realizados por Vigotski (2010) sobre a emoção, por meio dos quais o medo é apresentado com uma “forma solidificada que surgiu do instinto de autopreservação em sua forma defensiva” (p. 133). Ainda para esse autor, o medo pode ser um instrumento de controle, uma vez que condições adequadas sejam criadas com esse fim, como afirma:

É possível que, digamos, haja um vínculo entre o sentimento de medo e um estímulo dissociado do estímulo incondicionado de medo na experiência mais que na experiência da criança esteja vinculado a um sentimento de dor, desprazer, etc. Isso é o bastante para criar a chamada reação preventiva... Se você quer que a criança nutra medo por alguma coisa, ligue a manifestação dessa coisa à dor ou ao sofrimento para o organismo que a devida dor surge por si mesma. (Vigotski, 2010, p. 142-143).

Pelas falas dos jovens, constata-se que, acentuadamente, todos evidenciam o medo, como sentidos atribuídos à violência policial, de que foram vítimas. Este cenário de medo da polícia militar, expresso pelos jovens, provocou inúmeras implicações objetivas/subjetivas em suas vidas, e, sobre esses impactos, relatam os jovens:

O jovem Pedro falou que, após a violência policial, parou de ir aos encontros de discussões sobre a sociedade na faculdade [nome da faculdade]. Não foi mais ao curso de dança em razão disso, segundo o jovem: *“porque eu fiquei com medo de sair à noite, agora só saio em companhia de uma pessoa. Vou para o trabalho e à noite fico só em casa.”*

O jovem Wagner sublinhou que, após a violência policial: *“mudou a minha rotina, só vou para escola, para minha Igreja, fico mais em casa, tenho medo que aconteça de novo o que fizeram comigo”*

O jovem Fábio narrou da seguinte maneira o impacto da violência policial em sua vida:

minha vida estava organizando, eu ia morar lá na ocupação, estava procurando um emprego, para ir construindo meu barraco, e aí agora, como que vou fazer? Aqui dentro de casa de minha mãe, preso, com medo de sair e acontecer uma coisa pior comigo, sendo que eu poderia está lá, trabalhando na construção da minha casa, de pouquinho a pouquinho eu ia terminando meu barraco e agora não posso nem voltar para lá, eu tenho medo de andar em qualquer lugar, mas como é que vou fazer isso? Como que eu faço, uai? Eles irão me matar.

Observa-se que o medo da polícia militar alterou a vida dos jovens, Pedro, Wagner e Fábio. Dessa forma, esse medo que aprisiona esses jovens é um instrumento de controle social, disciplinando a vida desses jovens, como afirma Batista (2003): *“tem sempre servido para detonar estratégias de ...*

disciplinamento planejado das massas empobrecidas, ... necessárias para a implantação de políticas de lei e ordem” (p. 21). Ainda, para a autora, esse disciplinamento reflete a “hegemonia conservadora na nossa formação social, trabalha a difusão do medo como mecanismo indutor e justificador de políticas autoritárias de controle social. O medo torna-se fator de tomadas de posição estratégicas seja no campo econômico, político ou social” (p. 23).

Mas, esse controle social pelo medo não é absoluto, como disseram os jovens Rodrigo e Luiz, respectivamente, acentuando que houve impactos em suas vidas, em consequência da violência policial de que foram vítimas, gerando medo da polícia, mas pretendem continuar com seus projetos, como relataram respectivamente:

não posso vê um carro de polícia que fico com medo, mas, quero terminar meus estudos, conseguir um emprego e ajudar minha mãe, tipo, organizar a minha vida”; “claro tipo, que tenho medo da polícia, mas quero terminar meus estudos, ser professor e ajudar as pessoas a verem que o crime não compensa, crime só leva a prejuízo, esse é o meu projeto.”

Considerações finais

Os sentidos e significados atribuídos pelos jovens à violência policial da qual foram vítimas revelaram que esta violência, marcada por abuso de autoridade e condutas de arbitrariedades, deixou marcas, gerando insegurança, temor e medo, em relação à polícia militar, alterando, para muitos destes jovens, seus projetos de vida.

Constatou-se, também, que, apesar dos amplos documentos, tanto em âmbito internacional como nacional, que dispõem sobre as condutas das forças policiais no exercício de suas atividades, as instituições da polícia militar no país, como, também, reverberam Minayo e Adorno (2013), “continuam muito fechadas, embora sejam pressionadas a se abrir pela sociedade civil organizada e pela política de direitos humanos. As tensões aparecem, sobretudo, no emprego da força coercitiva” (p. 591).

Os resultados revelam, ainda, que as ações arbitrárias nas condutas das abordagens de policiais militares, voltadas, principalmente, contra a população pobre da sociedade, refletem ideologias que são produto do alinhamento do Estado com a égide capitalista, que se alicerça em um modelo de desenvolvimento econômico desigual e concentrador, demarcando uma profunda desigualdade social que gera injustiças sociais, exclusões e a marginalização da pobreza, que precisa ser contida e controlada. Visto que, historicamente, o Estado responsabilizou a população pobre “pelos conflitos sociais e a fronteira que se estabeleceu na sociedade brasileira entre os mais privilegiados e os muito despossuídos” (Dornelles, 2008, p. 14).

Os relatos dos jovens sobre o uso arbitrário da força coercitiva da polícia militar demonstram que a violência policial é uma realidade em nossa sociedade e que ocorre cotidianamente. Demonstra o fracasso das políticas de segurança pública no país que, aliás, para Saporì (2007): “se resume a uma série de intervenções governamentais espasmódicas, meramente reativas, voltadas para a solução imediata de crises que assolam a ordem pública” (p. 109).

A falácia do Estado, em relação às políticas de segurança pública, mantém as estruturas militares nos moldes dos vários períodos de Estado de exceção da história brasileira, principalmente, da ditadura militar de 1964, revelando, de acordo com Soares (2014): “a herança da ditadura está relacionada à intocabilidade das polícias militares, às milícias, à tortura como método corrente, às execuções extraoficiais e ao tratamento seletivo dispensado aos cidadãos, a depender da cor se sua pele ou de sua situação socioeconômica” (p. 12).

Nesse sentido, para que se estabeleça, de fato, o Estado Democrático de Direito, é necessário redefinir as políticas de segurança pública atuais do país, a partir de uma perspectiva de políticas públicas de segurança, para que todos tenham acesso e sejam tratados como sujeitos de direitos, uma vez que, conforme afirmam Lima e Bueno (2013), “no Brasil, os policiais estão matando e morrendo num proporção em muito superior a qualquer métrica ou padrão internacional” (p. 7).

Assim, da mesma maneira que é inaceitável morte de civis, é também inaceitável morte de policiais. Faz-se necessário e urgente refletir as condições de vida, trabalho dos policiais e a estrutura de organização das corporações do país, uma vez que, como apontam Minayo e Adorno (2013), a probabilidade de policiais sofrerem “graves lesões, traumas e mortes encontra respaldo nas altas taxas de óbito por violência de que são vítimas, dentro e fora de seu ambiente de trabalho e nos efeitos pós-traumáticos dos que continuam vivos.” (p. 588). Estes autores apontam que quanto mais tempo de serviço mais questões relativas ao adoecimento se acumulam na vivência cotidiana dos policiais (Minayo e Adorno, 2013).

Nesta direção, de acordo Lima e Bueno (2013): “Não bastasse isso, os dados também indicam que o nosso sistema de segurança é ineficiente, paga mal aos policiais e convive com padrões operacionais inaceitáveis de letalidade e vitimização policial, com baixas taxas de esclarecimentos de delitos” (p. 6). E completam Minayo e Adorno (2013): “é preciso reformular a amplitude dos conceitos de risco e de segurança. Ressaltamos a importância das corporações elaborarem uma discussão mais aprofundada sobre os termos sobre os quais se assenta, historicamente, a institucionalização da Polícia” (p. 591).

Por fim, ressalta-se, ainda, que este estudo reafirma o compromisso da psicologia social com uma leitura crítica da sociedade e o seu engajamento com os desafios que a realidade contemporânea apresenta, principalmente, no tocante à questão da violência policial. Partindo desse pressuposto é que este trabalho, sobre os sentidos e os significados da violência policial contra os jovens da cidade de Goiânia, quer contribuir com o compromisso da psicologia social de se envolver com questões da realidade social, cultural, política e econômica deste país, com vistas à superação das desigualdades sociais e opressões, mediante a garantia de direitos humanos e sociais de todos os cidadãos brasileiros, principalmente, daqueles que estão excluídos de serem sujeitos destes direitos.

Referências

- Arendt, H. (2014). *Sobre a Violência* (A. M. Duarte, Trad.) (5ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Aguiar, W. M. J. & Ozella, S. (2013). Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 94(236), 299-322.
- Alves, M.H. M. & Evanson, P. (2013). *Vivendo no fogo cruzado: moradores de favelas, traficantes de droga e violência policial no Rio de Janeiro*. São Paulo: Unesp.
- Anistia Internacional (2015). *Você matou meu Filho! Homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Anistia Internacional.
- Batista, V. M. (2003). *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Revan.
- Bittner, E. (2003). *Aspectos do trabalho policial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Carneiro, H. (2012). *Corporação de SP vê “glória” na repressão de rebeliões populares*. (pp.81-87). São Paulo: Revista ADUSP.
- Carvalho, J. J. (2001). As tecnologias de segurança e a expansão metonímica da violência. In Oliveira, D. D., Santos, S. A. & Silva, V. G. (Orgs), *Violência policial: tolerância zero?* (pp.85-125). Goiânia: Ed. da UFG; Brasília: MNDH.
- Chauí, M. (1999, 14 de março). *Uma Ideologia Perversa*. Folha de São Paulo, São Paulo, Caderno Mais!, pp. 3-5.
- Constituição da República Federativa do Brasil*. (1988, 5 de outubro). Brasília: Presidência da República: Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Recuperado em 01 fev. de 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm
- Decreto-lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940*. (1940, 7 de dezembro). Dispõe sobre o Código Penal brasileiro. Brasília, DF: Presidência da República: Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Recuperado em 01 fev. de 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm
- Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969*. (1969, 21 de outubro). Dispõe sobre o Código Penal Militar. Brasília, DF: Presidência da República: Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Recuperado em 01 fev. de 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001.htm
- Dornelles, J. R. (2008). *Conflito e segurança (entre pombos e falcões)*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

- Lei n. 9.455, de 7 de abril de 1997.* (1997, 7 de abril). Define os crimes de torturas e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República: Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Recuperado em 01 fev. de 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9455.htm
- Lima, R. S. & Bueno, S. (2013). Introdução. In *Anuário de Segurança Pública* (pp.6-7). Brasília: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- Marx, K. (2013). *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo.
- Minayo, M. C. S. (1994). Violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Caderno Saúde Pública*, 10 (1), 07-18.
- Minayo, M. C. S. & Adorno, S. (2013). Risco e (in)segurança na missão policial. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18 (3), 585-593.
- Resolução n. 217, de 10 de dezembro de 1948.* (1948, 10 de dezembro). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assembleia Geral da ONU. Recuperado em 19 mar. de 2016, de http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm
- Resolução n. 3452, de 09 de dezembro de 1975.* (1975, 09 de dezembro). Declaração sobre a Proteção de Todas as Pessoas contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes. Assembleia Geral da ONU. Recuperado em 19 mar. 2016 de <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/ajus/prev37.htm>
- Resolução n. 34/169, de 17 de dezembro de 1979.* (1979, 17 de dezembro). Código de Conduta para os Encarregados da Aplicação da Lei. Assembleia Geral da ONU. Recuperado em 20 ma. de 2016, de <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dhaj-pcjp-18.html>
- Resolução n. 39/46, de 10 de dezembro de 1984.* (1984, 10 de dezembro). Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes. Assembleia Geral da ONU. Recuperado em 20 mar. de 2016, de http://www.mpggo.mp.br/portalweb/hp/41/docs/convencao_contra_a_tortura_e_outro_tratamentos_ou_penas_cruéis,_desumanas_ou_degradantes.pdf
- Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012.* (2012, 12 de dezembro). Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde.
- Resolução n. 08, de 21 de dezembro de 2012.* (2012, 21 de dezembro). Dispõe sobre a abolição de designações genéricas, como autos de resistência, resistência seguida de morte, em registros policiais, boletins de ocorrência, inquéritos policiais e notícias de crime. Brasília, DF: Presidência da República: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Recuperado em 20 mar. de 2016, de <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cddph/resolucoes/2012/resolucao-08-auto-de-resistencia>
- Sapori, L. F. (2007). *Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Sawaia, B. B. (2014). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 14 ed. Petrópolis: Vozes.
- Soares, L. E. (2001). Apresentação. In D. D. Oliveira, S. A. Santos, & V. G. B. Silva (Orgs), *Violência Policial: tolerância zero?* (pp.09-15). Goiânia: Ed. da UFC; Brasília: MNDH.
- Soares, L. E. (2014, 19 de maio). Contra a Violência, a favor da democracia. *Jornal da USP*. São Paulo, p.12.
- Vigotski, L. S. (2009). *A construção do pensamento e da linguagem* (pp.395-486) (2ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, S. (2010). *Psicologia pedagógica* (3a ed.). São Paulo: Martins Fontes.

Recebido em 16/04/2016

Aceito em 14/04/2017

Divino de Jesus da Silva Rodrigues: professor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, (Escola de Ciências Sociais e da Saúde. Programa de Graduação em Psicologia). É integrante dos grupos de pesquisas: Psicologia, Sociedade e Educação - Universidade Federal de Goiás (UFG-GO). Infância, família e sociedade - Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC GOIÁS). Coordena o Núcleo de Pesquisa da Infância, Adolescência e Família, que está vinculado ao Programa de Pós-graduação *stricto sensu* mestrado e doutorado da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC GOIÁS). É membro do Comitê de Ética; membro do Comitê Assessor de Pesquisa (PUC GOIÁS); assessor da Pró-reitoria de Extensão e Apoio Estudantil da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC GOIÁS).

Sônia Margarida Gomes Sousa: professora titular da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (Escola de Ciências Sociais e da Saúde. Programa de Pós-graduação em Psicologia e Curso de Psicologia). Foi diretora do Instituto Dom Fernando - Especializado nas temáticas da infância, adolescência, juventude e família, vinculado à Pró-reitoria de Extensão e Apoio Estudantil (PROEX/PUC Goiás) no período de 2005 a 2008. Foi Pró-reitora de Extensão e Apoio Estudantil da PUC Goiás, no período de 2008 a 2010. Atualmente, é Pró-reitora de Graduação (a partir de 2010). É pesquisadora do Núcleo de Pesquisa da Infância, Adolescência e Família.